

MANIFESTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA CULTURA E DA ARTE EM APOIO À PRÉ-CANDIDATURA DE VERA PELO POLO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO E PELO PSTU

Ela virá, a revolução, e trará ao povo não só direito ao pão, mas também à poesia.

Leon Trotsky

A famosa frase de Trotsky que inicia este manifesto expressa a importância que os socialistas e revolucionários devem dar à arte e à cultura. A arte existe desde que a humanidade existe e teve diferentes papéis e dimensões ao longo da história, mas em qualquer sociedade humana a arte sempre foi uma dimensão fundamental para permitir aos seres humanos reconhecerem-se, humanizarem-se e criarem os laços comunitários e de identidade que toda sociedade desenvolve a partir das relações de produção que a caracterizam.

Hoje, ainda vivemos numa sociedade capitalista, uma sociedade dividida em classes sociais distintas e antagônicas. Um mundo dividido entre explorados e exploradores, entre opressores e oprimidos. A arte e a cultura que brotam dessa sociedade trazem em si as contradições insolúveis desse sistema socioeconômico, as lutas ideológicas que o permeiam, as esperanças e as lutas dos explorados, mas também as ideias e a visão burguesa de mundo da classe dominante.

Nesta sociedade, dividida em classes, o conhecimento científico e cultural não é tratado como um bem comum a todos. A arte entra no circuito da acumulação capitalista, apresenta-se como mercadoria, deforma-se para servir aos interesses de grandes grupos capitalistas que buscam suprimir a diversidade artística e direcionar a arte para um produto de massas, padronizado, acrítico, comercializável de modo mais fácil.

A produção artística e cultural que foge desse padrão comercial de massas muitas vezes só é acessível a uma minoria da população, com dinheiro suficiente para pagar por um “produto” de melhor qualidade. Ou só se torna acessível aos trabalhadores pela resistência, persistência e pelo poderoso espírito criativo que surge no seio de nossa classe, ao enfrentar a precariedade das condições de vida, a falta de estrutura, a fome etc. para criar uma arte popular que expresse as dores, a vida e as esperanças dos trabalhadores e trabalhadoras.

O acesso a cultural é desigual na sociedade capitalista e muito mais restrito aos negros e negras no Brasil. Uma pesquisa do IBGE mostra que 44% dos negros vivem em cidades sem salas de cinema, contra 34% de pessoas brancas; 37% dos negros vivem em cidades sem museus, contra 25% de pessoas brancas. Dados do IPEA revelam ainda que 70% dos brasileiros nunca foram a um museu ou centro cultural. A exclusão econômica dos negros e negras da classe trabalhadora também vira uma exclusão do acesso aos equipamentos culturais.

Nesse cenário, ganham muita importância as iniciativas de nossa classe que criam as rodas de samba e de capoeira, as batalhas de rima e SLAM, o grafite, os grupos de maracatu, os bailes e saraus nas favelas, as manifestações culturais dos povos indígenas, entre outros tantos espaços culturais que procuram dar vazão a essa necessidade humana de produzir arte.

Os artistas e trabalhadores da cultura que integram o Polo Socialista e Revolucionário são parte da resistência artística e cultural da classe trabalhadora e estão na luta contra a política cultural de Bolsonaro, dos governos estaduais e das prefeituras.

Bolsonaro e sua política para a arte e a cultura

Bolsonaro ataca de maneira sistemática toda forma de arte e cultura independente. Sua política para o setor é instrumentalizar a produção artística para servir aos seus interesses eleitorais, comerciais e ideológicos em sua guerra cultural contra as LGBTIs, o movimento de mulheres, de negros e negras etc. Não à toa, sua primeira medida para o setor foi extinguir o Ministério da Cultura.

O escândalo revelado nos últimos dias sobre a farra com o dinheiro público envolvendo cachês milionários aos cantores do sertanejo universitário, em transações sem qualquer transparência, mostram que o problema para Bolsonaro não é a falta de verba.

Enquanto Bolsonaro veta os projetos de lei Paulo Gustavo (PLP 73/2020) e Aldir Blanc 2 (PL 1518/2021), o centrão, com o esquema escuso do orçamento secreto, destina milhões a atividades festivas ligadas ao agronegócio e seus porta-vozes do sertanejo universitário, com custos exorbitantes para cidades pequenas, que em sua maioria não possuem museus, bibliotecas públicas, salas de cinema ou centros culturais. Além disso, o BNDES sob controle direto de Bolsonaro garantiu R\$ 320 milhões, com juros subsidiados, para uma empresa recém-criada (One7) cuja finalidade é administrar as carreiras de cantores do sertanejo universitário.

Esse gênero musical hoje é dominado por figuras bolsonaristas, ligadas aos setores mais reacionários do agronegócio e da burguesia brasileira, que se prestam ao papel de usar sua produção musical para tentar criar uma imagem positiva do agronegócio, o grande responsável pelos ataques bárbaros a camponeses, povos indígenas, quilombolas e tradicionais.

Para quem não se alinha ao projeto autoritário de Bolsonaro, não há verbas, não há políticas efetivas de apoio à cultura e à arte. Lembremos o caso pitoresco envolvendo o ex-secretário especial de cultura, Roberto Alvim, que divulgou vídeo com apologia direta a um discurso de Goebbels, ministro da propaganda nazista. Foi durante a sua gestão que aconteceu o indeferimento de um projeto de festival de jazz na Bahia, que pedia cadastramento para acessar os benefícios da Lei Rouanet, rejeitado pelo fato de a página do evento no Facebook ter se manifestado favorável à democracia e contra o fascismo. O relatório de indeferimento estava recheado de citações bíblicas e iniciava com uma frase de Bach: “O objetivo e a finalidade maior de toda música não deveria ser nenhum além da glória de Deus e a renovação da alma”.

A política de Bolsonaro é criminosa e coloca em risco o diverso e rico patrimônio cultural do país. A falta de verbas para a manutenção de edifícios históricos, museus, centros culturais, monumentos etc. produziu tragédias como o incêndio da Cinemateca de São Paulo, transformando em cinzas uma parte importante do acervo audiovisual do país. Foi vítima dessa mesma tragédia o Museu Nacional do Rio de Janeiro em 2018, sob o governo Temer.

Já sob o comando de Mario Frias, a Secretaria Especial de Cultura tentou vetar todos os projetos que tinham relação com produções culturais com a temática da diversidade sexual e a comunidade LGBTI ou que soasse “coisa de comunista”.

A Lei Rouanet, alvo constante de *fake news* por Bolsonaro e seu governo, sofreu uma série de mudanças para torná-la ainda mais burocrática e inacessível aos trabalhadores da arte e da cultura. Em 2018, a Lei Rouanet, que funciona sob uma lógica equivocada de garantir isenção fiscal às empresas que aportem verbas para atividades culturais, representava apenas 0,68% das isenções fiscais (cerca de R\$ 2 bilhões).

A Lei Rouanet nunca foi uma política democrática e efetiva para garantir os recursos necessários ao conjunto dos trabalhadores da arte e da cultura, nem mesmo para garantir o acesso dos

trabalhadores à produção e aos espaços culturais. É, em essência, uma política neoliberal, contrária aos interesses dos trabalhadores da arte e da cultura. Ao deixar sob critério dos grupos empresariais como a verba pública, proveniente da isenção fiscal, deve ser alocada, a Lei Rouanet submete a produção artística aos interesses dos capitalistas, à lógica de mercado. Com isso, abre-se caminho para que a produção e os espaços culturais fiquem à mercê das necessidades da acumulação capitalista e não a serviço dos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Na arte, nenhuma instrumentalização e nenhuma interferência estatal pode ser admitida. A natureza da arte exige a plena liberdade de criação e organização. Nós, trabalhadores da arte e da cultura que construímos o Polo Socialista e Revolucionário, estamos comprometidos com essa perspectiva e por isso seguimos na tarefa de organizar nossa classe para lutar pela derrubada de Bolsonaro e seu projeto cultural reacionário.

Uma situação de precariedade, informalidade e abandono dos trabalhadores e trabalhadoras da arte e da cultura

No Brasil, os trabalhadores da arte e da cultura (ou economia criativa, como consta nos órgãos oficiais), abarcam cerca de 12 milhões de pessoas, entre artistas, técnicos, gestores de projetos, funcionários administrativos etc. Em 2020, com a pandemia, 870 mil trabalhadores da arte e da cultura perderam seus empregos segundo dados oficiais, que provavelmente estão subestimados.

Desse total de 12 milhões, 40% não contribuem para a previdência social e vivem na informalidade, sem direito a aposentadoria, auxílio-doença e outros benefícios. Em 2020, esse setor informal sofreu uma redução de 23% em função dos efeitos econômicos provocados pela pandemia da COVID-19. As mulheres hoje são maioria no setor e representam 52% do contingente de trabalhadores da economia criativa.

O setor cultural também tem um peso bastante significativo na economia do país. O percentual da receita bruta das empresas criativas na economia no Brasil era de 2,3% em 2017. São 144 mil empresas ativas no setor, uma fatia de 3,7% do total de empresas registradas no país. O faturamento dessas empresas é de cerca de R\$ 418 bilhões e R\$ 260 bilhões de lucro bruto.

Os dados revelam que a situação dos trabalhadores da arte e da cultura é de precariedade, com grande informalidade, e que há grandes grupos empresariais que estão lucrando muito com a exploração dos trabalhadores do setor. A situação se tornou ainda mais gritante e desesperadora durante a pandemia. E a política de Bolsonaro foi criminoso. Foi preciso muita luta para garantir a aprovação da Lei Aldir Blanc (LAB), que sofreu todo tipo de boicote de Bolsonaro para ser implementada. Em novembro de 2020, nove meses depois do início da pandemia no país, mais de 30% dos recursos da LAB ainda não haviam sido executados, de um total de R\$ 3 bilhões destinados para o programa.

Em 2021, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) tinha orçamento previsto de R\$ 1,27 bilhões, quantidade extremamente escassa de recursos para um contingente de trabalhadores de cerca de 12 milhões de pessoas, mas Bolsonaro e a Secretaria Especial de Cultura executaram míseros R\$ 9,45 milhões do FNC. O restante das verbas do FNC foi contingenciado e terminou destinado à dívida pública da União.

O cenário para o próximo período não é nada animador para os trabalhadores da arte e da cultura. Bolsonaro vetou as leis Paulo Gustavo (PLP 73/2020) e Aldir Blanc 2 (PL 1518/2021) e

impediu que cerca de R\$ 6,8 bilhões em recursos chegassem aos trabalhadores da arte e da cultura em 2022.

Além do mais, as portarias e mudanças na Lei Rouanet promovidas por Bolsonaro tornaram ainda mais inacessível a utilização desse mecanismo para garantir algum financiamento ao setor cultural, que, apesar de se basear num mecanismo equivocado de fomento cultural, tinha um papel econômico relevante para uma parcela dos trabalhadores da arte e da cultura. Os estudos mostram que o dinheiro investido por meio da Lei Rouanet gera um retorno 60% maior do que o valor investido. Como exemplo, a última edição da Feira Literária de Paraty (FLIP) arrecadou R\$ 3 milhões pela lei Rouanet e gerou R\$ 4,7 milhões de impostos à União.

Há quem deposite esperanças de que as coisas podem melhorar para os trabalhadores da arte e da cultura com uma eventual vitória de Lula-Alckmin em outubro. Mas a experiência com os governos do PT durante treze anos mostraram que a vida dos trabalhadores da arte e da cultura não mudou de forma significativa.

Durante os anos de governo Lula, a principal política cultural continuou sendo a Lei Rouanet. Durante as gestões dos governos petistas, mais de 90% dos recursos para a arte e a cultura vieram por meio dos mecanismos de isenção da Lei Rouanet, enquanto os investimentos diretos do tesouro se tornaram residuais e inexpressivos. Em 2016, a Lei Orçamentária (LOA) elaborada pelo governo Dilma previa R\$ 103 milhões para o Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Em 2010, último ano de governo Lula, enquanto a dívida pública consumiu quase metade do orçamento federal, o extinto Ministério da Cultura executou uma parcela de apenas 0,1% de todo o orçamento federal daquele ano. Iniciativas como o vale-cultura seguiram atrelando a política cultural à lógica do consumo e da mercadoria, favorecendo, em essência, os interesses da indústria cultural e dos grandes grupos capitalistas.

Uma política para arte e cultura só pode alcançar o objetivo de garantir o amplo acesso dos trabalhadores e trabalhadoras à produção e ao fazer artístico se romper de forma radical com as relações sociais capitalistas de produção.

Não é possível o desenvolvimento cultural e científico pleno da humanidade em uma sociedade onde o trabalho segue alienado, onde a maior parte da humanidade esteja submetida a condições e jornadas de trabalho extenuantes. Uma sociedade onde a atividade intelectual e artística é negada de forma sistemática à maior parte da humanidade.

Por isso estamos com a pré-candidatura de Vera à presidência da república

A pré-candidatura de Vera se apresenta como uma alternativa com independência de classe ao projeto de ultradireita, liderado por Bolsonaro, e também ao projeto burguês de colaboração de classes representado pela chapa Lula-Alckmin. Apesar das diferenças importantes entre Bolsonaro e Lula-Alckmin, ambos os projetos têm em comum a perspectiva de manter e aprofundar as políticas neoliberais, favorecendo os grandes grupos capitalistas, incluindo os ligados à indústria cultural.

Vera e o programa do PSTU e do Polo Socialista e Revolucionário representam uma ruptura com esse sistema econômico quando propõem a expropriação das 100 maiores empresas do país, a reestatização das empresas privatizadas, a nacionalização dos setores estratégicos da economia, o fim do pagamento da dívida pública e a taxação da riqueza dos bilionários brasileiros.

Sem essas medidas econômicas fundamentais não é possível garantir os recursos e um projeto que mude de forma radical os rumos das políticas públicas para a arte e cultura. É preciso romper com a lógica neoliberal da Lei Rouanet, libertando os trabalhadores da cultura da ingerência dos grupos capitalistas na organização e na produção artística e cultural.

Um governo dos trabalhadores e trabalhadoras deve garantir um programa estatal de fomento à arte e à cultura, gerido de forma democrática por conselhos e organismos dos próprios trabalhadores da arte e cultura. As verbas públicas devem ser geridas de forma a abarcar toda a diversidade cultural do país, sem impor qualquer tipo de censura ou ingerência estatal sobre a produção artística. Uma gestão regionalmente democrática que acabe com a concentração histórica das verbas da cultura no eixo Rio-São Paulo. E também que acabe com a concentração dos equipamentos e centros culturais nos bairros nobres e nos centros das grandes cidades.

Uma política cultural democrática deve garantir, como parte de um plano geral de obras públicas, a construção de cinemas, bibliotecas, praças, teatros e museus nas periferias das grandes cidades, garantindo o acesso dos artistas desses bairros e dos moradores da periferia aos equipamentos culturais.

Pelo menos 1% do PIB do país, com verbas provenientes do tesouro nacional devem ser alocados, sem contingenciamento, para o fomento da arte e cultura, para a manutenção e construção de centros culturais etc.

Não serve aos interesses da classe trabalhadora esse modelo de organização do Sistema Nacional de Cultura tripartite (trabalhadores, empresários e governo), que, além de não ter poder efetivo para garantir os recursos para arte e cultura, coloca na mão dos empresários e do governo de plantão as decisões sobre a política cultural do país.

A arte e a cultura devem ser parte inseparável do processo educacional do país. O ensino de arte deve ser parte presente em todos os ciclos da educação básica do Brasil. O acesso à arte e à cultura é um direito básico dos trabalhadores, que deve ser garantido desde a infância através do sistema educacional.

A pré-candidatura de Vera representa para os trabalhadores da arte e cultura a possibilidade de enfrentar os grupos capitalistas da indústria cultural, tirando das mãos desse setor parasita a imensa estrutura de produção cinematográfica, fonográfica, de comunicação etc. para colocar a serviço dos trabalhadores da cultura.

A pré-candidatura de Vera está a serviço de todos aqueles que lutam por uma arte independente e revolucionária, que lutam pela democratização e socialização dos equipamentos culturais, que lutam por uma sociedade livre de toda a exploração e opressão, que estão na trincheira por uma sociedade socialista, na qual o acesso à cultura e ao fazer artístico será um direito de todos e todas.